



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

Faculdade de Educação

Departamento de Organização e Gestão da Educação

Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

**Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo do Apoio
Directo às Escolas: Caso da Escola Primária Completa de Bela Vista no Distrito de
Matutuíne, Província de Maputo – 2018**

Monografia

Euclides Diogo Zavala

Maputo, Outubro de 2020

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Educação
Departamento de Organização e Gestão da Educação

Euclides Diogo Zavala

**Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo do Apoio
Directo às Escolas: Caso da Escola Primária Completa de Bela Vista no Distrito de
Matutuíne, Província de Maputo – 2018**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
em cumprimento dos requisitos parciais para a
obtenção do grau de Licenciatura em Organização
e Gestão da Educação.

Supervisor: dr. Manuel Rato

Maputo, Outubro de 2020

Comité de Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de monografia nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que constitui o resultado da minha investigação, estando no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

(Euclides Diogo Zavala)

Maputo, Outubro de 2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Luísa Gaspar Nhamazane Sicucuiane e Diogo Justino Zavala (Em memória), aos meus irmãos, Olídio, Dália, Nefizalda, Luísa, Helena e Idília, por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida.

Aos meus filhos Wanda da E. Euclides Zavala e Diogo Guedes Euclides Zavala.

À toda família que tem sabido transmitir os ensinamentos para que eu consiga alcançar os objectivos planificados com muito êxito.

AGRADECIMENTOS

Endereço os meus efusivos agradecimentos ao corpo docente do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, em especial ao meu supervisor Prof. Manuel Rato, pela disponibilidade, interesse e dedicação que sempre demonstrou ao longo do desenvolvimento deste trabalho, desde a concepção do projecto até à redacção da monografia.

À direcção e membros do Conselho da Escola da Escola Primária Completa de Bela Vista, onde desenvolveu-se o estudo, pela preciosa ajuda durante a elaboração do estudo.

Aos meus filhos Wanda da E. Euclides Zavala e Diogo Guedes Euclides Zavala, que são a razão da minha persistência, aos meus queridos amigos Halima Fabião Nhambire, Abrão Santos Nhamire e ofélia José Cossa que incondicionalmente estiveram perto de mim durante a formação.

Os meus agradecimentos também são extensivos a todos aqueles que colaboraram directa ou indirectamente para a realização do presente trabalho. A todos aqueles que acreditaram em mim, o meu muito obrigado!

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	viii
RESUMO	ix
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Problematização.....	2
1.3 Objectivos da pesquisa.....	3
1.3.1 Objectivo geral	3
1.3.2 Objectivos específicos	3
1.4 Perguntas de pesquisa	3
1.5 Justificativa	3
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 Participação.....	6
2.1.1 Tipos de participação.....	6
2.1.2 Níveis de participação nas organizações educativas	8
2.2 Conselho de Escola	9
2.2.1 Contexto histórico da institucionalização do Conselho de Escola em Moçambique.....	10
2.2.2 Processo participativo do Conselho de Escola	12
2.2.3 Funções do Conselho de Escola e suas competências em Moçambique..	13
2.3 Gestão transparente.....	13
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	16
3.1 Tipos de pesquisa.....	16
3.2 População e amostra do estudo.....	18
3.2.1 População	18
3.2.2 Amostra	18
3.3 Técnica de recolha e tratamento de dados	19
3.3.1 Entrevista.....	19
3.3.2 Questionário	20
3.3.3 Análise documental	20

3.3.4	Procedimentos de análise e tratamento de dados.....	21
3.4	Validade e fiabilidade dos instrumentos	21
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....		22
4.1	Descrição da Escola Primária Completa da Bela Vista no distrito de Matutuíne	22
4.1.1	Funcionamento da escola.....	22
4.1.2	Infra – estruturas	22
4.1.3	Efectivos e rendimento escolares	23
4.1.4	Recursos financeiros da escola	23
4.2	Descrição do processo de Gestão do fundo de Apoio Directo na Escola Primária Completa de Bela Vista.....	24
4.3	Análise da Participação do CE ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a gestão transparente.....	30
4.3.1	Níveis de Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do ADE	34
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES		36
Referências Bibliográficas.....		38
Anexos e Apêndices		41

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1. Descrição da população.....	18
Tabela 3.2. Caracterização da amostra.....	19
Tabela 4.1. Números de salas existentes na Escola Primaria Completa de Bela Vista.....	23
Tabela 4.2. Efectivos e rendimentos escolares.....	23
Tabela 4.3. Recursos Financeiros da Escola Primária Completa de Bela Vista (2018)	23
Tabela 4.4 - Parâmetros para o ADE 2015 em meticais (Escolas do Ensino Primário)	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 – Descrição do processo de gestão do fundo de ADE nas escolas.....	25
Figura 4.2 – B1: Os membros do conselho de escola foi comunicada sobre a disponibilidade do Fundo do ADE pela Direcção da Escola?.....	30
Figura 4.3 – B2: A Direcção da Escola faz a Publicação de todo o histórico do processo de Gestão do ADE nas vitrinas da escola?.....	31
Figura 4.4 – Pergunta C2: Opinião sobre a existência de factores que interferem na actuação do Conselho da Escola na gestão do ADE?	33
Figura 4.5 – Pergunta D3: Classificação da Participação do Conselho de Escola na gestão transparente do ADE?.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS

ADE	Apoio Directo às Escolas
CE	Conselho de Escola
EPCBV	Escola Primária Completa de Bela Vista
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MINED	Ministério da Educação
REGEB	Regulamento Geral do Ensino Básico
SDEJTs	Serviços Distritais de Educação Juventude e Tecnologias
SDPI	Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas
FASE	Fundo de Apoio ao Sector da Educação

RESUMO

A presente pesquisa aborda a “Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo do Apoio Directo às Escolas, tomando como estudo de caso da Escola Primária Completa de Bela Vista no Distrito de Matutuíne, Província de Maputo – 2018”. No geral, o estudo procura compreender a participação do Conselho de Escola na Gestão transparente do Fundo do Apoio Directo às Escolas na Escola Primária Completa de Bela Vista, partindo do pressuposto de que a participação do Conselho de Escola, seja activa, passiva ou consultiva torna-se essencial para a gestão transparente do Fundo nas escolas (Pinheiro 1997), (Bordenave, 1994), (Luck, 2002), (Bordenave, 1995). Para além da revisão bibliográfica, a pesquisa conta com um estudo de campo, no qual participaram da entrevista e do questionário 16 membros do conselho de escola: Director da escola; O chefe da Secretaria; Três Professores; Três alunos; Cinco Pais e Encarregados de educação e três representantes da comunidade. A pesquisa descreve o processo de gestão do ADE na EPCBV como sendo respeitante ao preconizado no Manual de Procedimento, apesar de em 2018 a escola ter recebido apenas a primeira tranche o que não é de praxe no Programa de Fundo de Apoio Directo as Escolas. A pesquisa chegou as seguintes ilações: Tem havido dificuldades na participação efectiva do CE na execução dos planos de gestão do ADE; Verificou-se uma consciência participativa em maior parte dos membros do CE visto que estão informados sobre os processo de Gestão do ADE; Adicionalmente, a pesquisa concluiu que o CE tem um nível de participação aceitável e activa para uma gestão transparente do fundo de ADE. Apesar de não existir uma participação total já que existem membros que participam de uma forma passiva.

Palavras-chave: *Participação, Conselho de Escola, Gestão Transparente*

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A participação da comunidade local na avaliação das necessidades, por meio do diálogo com as autoridades constituídas e com os grupos interessados no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem transfigura-se como a primeira etapa essencial para ampliar e aprimorar a gestão de programas específicos implementados na educação.

O Conselho de Escola é um espaço importante no processo de democratização da escola, na medida em que reúne representantes de toda a comunidade para discutir, acompanhar e definir as decisões inerentes ao funcionamento da escola, representa a comunidade na superação de desafios educativos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Pelo presente estudo traz-se à superfície, a intervenção do Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo do Programa de Apoio Directo às Escolas, instituído pelo Ministério de Educação em 2003, cujo principal objectivo é melhorar as condições de ensino e aprendizagem através da disponibilização de fundos às escolas para a aquisição de materiais e serviços diversos com enfoque no material didáctico para o aluno e para a escola.

Sendo que neste contexto, Conselho de Escola tem como objectivo promover uma gestão participativa em matéria de decisão, articulando as directrizes e metas definidas pela administração central com necessidades específicas de cada comunidade escolar. Este órgão torna-se importante para o correcto funcionamento da escola, deve verificar e aprovar a lista de materiais e serviços a adquirir assim como os processos de prestação de contas, ou seja, a despesa, pois é nestas circunstâncias que o presente projecto busca no seu íntimo compreender a influência exercida pelo Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo de Apoio Directo às Escolas partindo da análise da democratização da gestão escolar até a participação efectiva da comunidade, caso específico do Conselho de Escola local.

1.2 Problematização

A formulação do problema prende-se ao tema proposto, sendo que esclarece a dificuldade específica com a qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa. (Marconi & Lakatos, 2001).

Na acepção científica, um problema é qualquer questão não resolvida e que é objecto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento (Gil, 1999). Portanto, o problema de pesquisa tem a ver com a inquietação que o pesquisador pretende esclarecer.

As novas políticas de educação tem envergado muito esforço em institucionalizar e envolver cada vez mais o Conselho de Escola na vida escolar, mas com o surgimento da disponibilização do fundo financeiro denominado Apoio Directo às escolas, o CE sofre uma espécie de pressão, na medida em que este é desafiado a não só se envolver na programação das actividades no seio escolar, como também lhe foi confiada a participação da gestão do fundo financeiro no programa ADE.

Esta nova atribuição do Conselho de Escola tem sido alvo de muitos debates, contudo o MINED ao catapultar a intervenção do Conselho de Escola tem como intento garantir uma maior transparência na planificação, implementação e controlo financeiro no âmbito da gestão do ADE (MINED, 2015). Esta configuração do Conselho Escola que tem sido alvo de muitos questionamentos, a título de exemplo, Fonseca (1998) expõe que “os Conselhos de Escola são criados, porém, não funcionam, quando muito os membros reúnem-se para apenas aprovar as deliberações ou projectos apresentados pela direcção da escola, o que contraria o princípio da gestão participativa e transparente.” (Fonseca, 1998, como citado em Nhanice, 2013). Diante desta problemática, nos questionaríamos então, como poderia o Conselho de Escola, dentro das suas limitações e constrangimentos, garantir uma gestão transparente do ADE? Não obstante a isso, sabe-se que gestão do ADE é orientada por um regulamentos e manuais específicos dos quais o Conselho de Escola poderá ter familiaridade.

Em consonância com o exposto acima levanta-se a seguinte questão:

- **Como é que o Conselho de Escola participa para a Gestão Transparente do Fundo de Apoio Directo às Escolas no caso da Escola Primária Completa da Bela Vista no Distrito de Matutuíne?**

1.3 Objectivos da pesquisa

1.3.1 Objectivo geral

Compreender a participação do Conselho de Escola na Gestão transparente do Fundo do Apoio Directo às Escolas na Escola Primária Completa de Bela Vista.

1.3.2 Objectivos específicos

São objectivos específicos os seguintes:

- Descrever o processo de Gestão do fundo de apoio directo na Escola Primária Completa de Bela Vista;
- Identificar os níveis de Participação do Conselho de Escola na Gestão transparente do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista.
- Explicar a participação do Conselho de Escola ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a um Gestão Transparente

1.4 Perguntas de pesquisa

- Como é desenvolvido o processo de Gestão do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista?
- Qual é o grau de Participação do Conselho de Escola da EPCBV na Gestão transparente do fundo de Apoio Directo as Escolas?
- De que forma o Conselho de Escola da EPCBV participa ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a uma Gestão Transparente?

1.5 Justificativa

Segundo Marconi e Lakatos (2012), justificativa é o único item do projecto que apresenta respostas à questão porquê? De suma importância, geralmente é o elemento que contribui mais directamente na aceitação da pesquisa pela (s) pessoa (s) ou entidade (s) que vai (ão) financiá-la.

O Diploma Ministerial nº 46/2008 de 14 de Maio, que aprova o Regulamento Geral do Ensino Básico e as Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias, reafirma a importância do Conselho de Escola e a necessidade de envolver a comunidade escolar na resolução

de qualquer problema que atrapalha o funcionamento pleno de uma escola primária. O Diploma Ministerial, em destaque, estabelece que o Conselho de Escola deve ajustar as directrizes e metas estabelecidas, a nível central e local, à realidade da escola e Orientações e Tarefas Escolares Obrigatórias, assim como, o Manual de Apoio ao Conselho de Escola Primária e Agenda do Professor, adicionalmente, incentiva para que o Conselho de Escola seja um importante actor na garantia de harmoniosas relações entre escola e comunidade e vice-versa.

Para a implementação do programa ADE (Apoio Directos às Escolas), em 2015, foram produzidos dois manuais de apoio: O Manual de Procedimentos, que explica os procedimentos para o uso dos fundos do ADE e inclui os formulários (mapas) para a sua gestão e prestação das contas; O Manual de Distribuição de Recursos Financeiros por Escola, por província, onde consta a relação de todas as escolas públicas e os respectivos valores alocados, bem como os valores atribuídos aos Coordenadores das ZIPs (Zonas de Influência Pedagógica) e aos SDEJTs (Serviços Distritais da Educação Juventude e Tecnologia) para a divulgação, gestão, monitoria e supervisão do programa. MINED (2015, p. 9).

Assim sendo, a escolha deste tema visa contribuir na ampliação do conhecimento existente sobre esta matéria, mais profundo sobre o assunto, esclarecendo que investir na análise de acções conducentes ao desenvolvimento da gestão escolar é de capital importância, também, para o desenvolvimento de sistema educativo como um todo.

No âmbito Social, com a presente pesquisa os conselhos de escola, pais/encarregados de educação, alunos, professores, o colectivo de direcção e todos os interessados no desenvolvimento da escola terão em mão mais um material que enriquece as informações existentes e contribua na promoção do processo de gestão auspicioso de fundos escolares, especificamente o ADE, com objectivos de desenvolver toda comunidade escolar.

No contexto académico, permitirá que as inquietações lançadas ao longo da pesquisa, encontrem respostas satisfatórias, possibilitando que as partes interessadas e afectadas intervenham na consolidação dos processos educativos, suscitação de novas propostas e na elaboração de novas estratégias mais acertadas, para a efectiva implementação de

políticas e instrumentos de trabalho para simplificação da participação do conselho escolar na gestão transparente do ADE.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo foi reservado a apresentação de informação já publicada que tenha relação com o trabalho, a fim de ter referencial teórico com vista a sustentar o estudo.

2.1 Participação

Segundo o dicionário universal integral da língua portuguesa (1996), o termo participação provém do latim *participatō*, que significa a acção e o efeito de participar (tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de). Este é um termo que só se define segundo o interesse. Não obstante, o termo participação pode ser expresso nas diferentes concepções que adquire no quotidiano. Se para alguns, participação significa apropriação do poder, para outros basta, para a sua efectivação, a consulta aos envolvidos (Luluva, 2016).

Quando as comunidades, grupos de interesse e associações, se envolvem em acções e actividades que afectam as suas vidas, estamos perante a participação comunitária, para que a participação aconteça é necessário que haja diálogo, acções, análise e mudanças.

A participação é um acto e efeito de um processo em que a sociedade civil, política e económica tomam decisões em conjunto (Doniak, 2015, p. 45).

2.1.1 Tipos de participação

Segundo Pinheiro (1997), citado em Doniak (2015) existem vários tipos de participação:

- *Participação Passiva*: Na qual as pessoas participam sendo informadas acerca do que aconteceu ou vai acontecer, sendo que a decisão é unilateral, sem qualquer tipo de consulta ou dialogo;
- *Participação Consultiva*: As pessoas participam sendo consultadas por agentes externos, os quais definem os problemas e propõem soluções com base na consulta, porém sem dividir a tomada de decisão;
- *Participação por incentivos materiais*: As pessoas participam fornecendo recursos, como mão-de-obra e terra em troca de dinheiro, equipamentos, sementes ou outra forma de incentivo. Neste tipo de participação, quando a ajuda é retirada, o entusiasmo logo termina.

- *Participação Interactiva*: As pessoas participam de forma cooperativa, interagindo através de planos de acção e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações e reforçar as já existentes.

A palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte Bordenave (1994, p. 22). Na participação activa o cidadão toma parte, age frente a realidade, enquanto na passiva o cidadão faz parte, apenas integrando a realidade.

Nesse sentido, Luck (2002, p. 66), refere que “a participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola”. Neste sentido, existem dois sentidos de participação articulados entre si:

- a) *Carácter mais interno*, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional;
- b) *Carácter mais externo*, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão.

Bordenave (1995, p. 21), define participação como um processo colectivo transformador, uma intervenção activa através das actividades sociais e da tomada de decisão, tendo como objectivo maior a autogestão, que seria a autonomia dos grupos organizados em relação ao Estado.

O processo de participação exige sua própria gestão para que ocorra de forma eficiente. Alguns aspectos devem ser considerados, principalmente pela direcção e coordenação pedagógica da escola, entre eles as formas de acompanhamento e avaliação, responsabilidades bem definidas e os procedimentos explícitos de tomada de decisão. A tomada de decisão colectiva não desresponsabiliza individualmente cada envolvido, são objectivos comuns almejados por toda a comunidade escolar. O acompanhamento de todo o processo de planeamento, tomada de decisão, execução das decisões e avaliação mútua é feito considerando a finalidade pedagógica e as competências técnicas, dando ênfase nas tarefas e relações interpessoais (Libânio, 2015).

2.1.2 Níveis de participação nas organizações educativas

Sendo a participação um processo de interacção social, Fonseca (1998) citado por Basílio (2014), afirma que esta, pode ser vista em função de 3 níveis diferentes, referentes à capacidade de decisão garantida aos participantes, a saber:

- *Pseudo-participação*, onde as decisões são tomadas pelo Director e os restantes membros só as implementam;
- *Participação parcial*, neste nível, os dirigentes têm o poder de decisão, contudo, os membros podem influenciar;
- *Participação total*, em que todos os membros do CE têm o mesmo poder de decisão e de influenciar as decisões a tomar. Esta compara-se ao exercício da democracia participativa, onde todos detêm direito de decidir sobre os possíveis problemas que a escola pode estar a enfrentar.

Por sua vez, Gandin (2000), contribui neste debate e ressalta os diferentes níveis em que a participação pode ser exercida, a saber:

- *Participação como colaboração*: é o nível mais frequente. As pessoas são chamadas a contribuir, porém a decisão já foi tomada por uma “autoridade”. Nesse caso, apela-se ao trabalho, apoio, ou mesmo silêncio, para que os resultados previstos sejam cumpridos. Nesse nível de participação, não há discussão sobre objectivos e/ou resultados; muitas vezes, solicitam-se sugestões, porém estas são acatadas ou não dependendo do pensamento do “chefe”. Leva a descrença sobre o processo, em especial pelo reconhecimento, dos participantes, de que sua presença é apenas secundária;
- *Participação como decisão*: nesse nível, a participação vai além da colaboração, manifestando uma aparência mais democrática. Todavia, em geral são decididos aspectos menores, pouco relacionados com uma proposta mais ampla; as decisões são geralmente entre termos já pré-estabelecidos, sem influenciar os aspectos mais importantes;
- *Participação como construção*: na prática é pouco frequente e se refere a uma construção conjunta das pessoas. Há partilha de poder, assentando-se na ideia de

igualdade entre as pessoas. Cada um, com seu saber próprio, com suas expectativas, suas crenças, seus ideais, convergem para a construção de uma proposta comum.

Através destes níveis, Diogo (1998, p.67), sustenta que a participação é a capacidade de colaboração activa dos actores para o desenvolvimento dos processos sociais e organizacionais. Esta tem como finalidade melhorar o relacionamento entre os seus actores, neste caso, seria a família-escola-comunidade.

Apesar das várias perspectivas apresentadas sobre os níveis de participação, a participação total é a ideal, mas como é sabido, nada é absoluto, há uma necessidade de manter o equilíbrio dos níveis, pois, segundo a natureza do problema, pode escolher-se o nível ideal para abordar os assuntos nas reuniões do CE.

2.2 Conselho de Escola

Segundo o dicionário universal integral da língua portuguesa (1996), Conselho é um termo que provém do latim *consilium* que deriva do verbo *consulo*, significando: ouvir alguém ou submeter algo a deliberação de alguém, após uma ponderação reflectida, prudente e de bom senso. Trata-se, pois, de um verbo cujos significados postulam a via de mão dupla: ouvir e ser ouvido, obviamente a recíproca audição se compõe com o ver e ser visto e, assim, quando um conselho participa dos destinos de uma sociedade ou partes, orienta-se pelo princípio de publicidade (Cury, 2004, citado em Luluva (2016, p.159-170).

No contexto escolar, Conselho de Escola é a instância máxima da escola para aprimorar as relações entre a escola e o seu meio, como uma das alusões claras da descentralização na educação. Sendo por conseguinte, formado por vários segmentos, ou seja, representantes de pais ou responsável, estudantes, professores, funcionários e movimentos sociais comprometidos com a educação. O objectivo é auxiliar na gestão escolar a partir da discussão de temas que direccionam as acções do estabelecimento de ensino (MEC, 2008).

Em Moçambique, segundo o MEC (2008, p. 15), o Conselho da Escola é o órgão máximo do estabelecimento e tem como funções ajustar as directrizes e metas estabelecidas, a nível central e local, à realidade da escola e garantir a gestão democrática, solidária e co-responsável.

O CE reúne-se ordinariamente três vezes por ano, e extraordinariamente, quando for necessário e as reuniões são convocadas e presididas pelo próprio presidente (MEC, 2015, p. 23).

2.2.1 Contexto histórico da institucionalização do Conselho de Escola em Moçambique

Na vertente do MEC (2005), a primeira experiência da integração dos pais e encarregados de educação, no período da independência na vida da escola, desenvolveu-se por meio das comissões de pais e de ligação escola-comunidade, que contribuíram para que os pais e encarregados de educação participassem de forma activa no processo de discussão e tomada de decisões, permitindo a abertura da escola à participação da comunidade. Essas comissões surgiram para responder à necessidade de tornar a comunidade o elemento crucial no desenvolvimento escolar, fazendo participá-la por meio do Conselho de Escola.

O Processo educativo tem sido alvo de inúmeras políticas públicas que se constituem a partir do seu momento histórico. Podendo este dar-se em todos os lugares, das mais variadas formas, continuamente nas diversas relações sociais. A participação comunitária na gestão escolar está plasmada na Lei nº 4/83 de 23 de Março e na Lei nº 6/92 de 6 de Maio do Sistema Nacional de Ensino Moçambicano e concretizada pelo regulamento do Ensino Básico. Apesar da gestão das escolas nas duas leis acima referidas ser controlada, organizada e gerida pelo Estado, este permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias no processo educativo.

Embora esta lei não descentralize a administração do ensino até ao nível local, o Ministério da Educação através das reformas ao nível organizativo e pedagógico vem criando condições para que as comunidades comecem a fazer parte integrante da gestão da escola.

O ADE deve ser considerado como o fundo de financiamento da escola, isto significa que o ADE contribuirá para o financiamento das despesas de funcionamento da escola incluindo actividades para melhorar a qualidade de ensino, bem como para assegurar a participação e retenção das crianças mais vulneráveis. O aumento previsto do ADE significará praticamente a duplicação dos fundos disponibilizados em 2009, e requererá um melhor controlo da sua despesa através, entre outros, de um maior envolvimento do conselho de escola na sua gestão.

Assim em 2003, através do Diploma Ministerial nº 54/2003, de 28 de Maio, consubstanciada no regulamento do ensino básico, é criado ao nível institucional o Conselho de Escola. Este Conselho constitui-se como um órgão máximo, autoridade deliberativa e com poder decisão.

O Governo introduziu o programa ADE com o objectivo de permitir que as escolas primárias do 1º grau pudessem adquirir materiais básicos para o processo de ensino aprendizagem, tais como lápis, esferográficas, cadernos, material de leitura complementar, entre outros. Entre 2004 e 2005, introduziu-se a componente de Saúde Escolar e HIV/SIDA e o apoio às Crianças Órfãs e Vulneráveis em Distritos seleccionados para facilitar a inclusão destas crianças na escola e no processo educativo. Na gestão dos fundos do ADE participa a comunidade escolar, através dos Conselhos de Escola.

O MINED (2015), refere-se ao ADE como a primeira experiência de descentralização de fundos e de inclusão dos Conselhos de Escola na sua gestão. Esta experiência foi expandida para abranger todas as escolas primárias públicas (EP1, EP2 e EPCs).

Pelo seu estatuto normativo essas leis constituem uma configuração de dois modelos diferentes de Administração do Sistema Educativo moçambicano, “enquanto conjunto de princípios consagrados e de normas gerais, “os quais podem ser esboçados ou inferidos através da articulação e do cruzamento de tais princípios e normas” (Lima, 1998, p. 9), e ambos são influenciados pelos processos social, histórico e político em presença, igualmente diferenciados.

Segundo o MINED (2015), para a planificação e controlo deverá ser criado um Conselho de Escola, formarem-se comissões de compra e recepção para dois anos de actividades e renovável uma vez; ainda preencher mapas de registo de entrega de valores, prestação de contas e de controlo, sem a devida aprovação, elas não acontecem. Deste órgão colegial fazem parte o Director da escola, Representantes dos Professores, Representantes do pessoal administrativo, Representantes dos pais/encarregados de educação, e representantes dos alunos. Ele constitui o elo de ligação entre a escola e a comunidade e assegura a participação activa de todos os grupos intervenientes no processo de educação.

2.2.2 Processo participativo do Conselho de Escola

Para Ferreira (1999, p. 11), “participar significa estar inserido nos processos sociais de forma efectiva e colectiva, opinando e decidindo sobre planeamento e execução”. Tanto essa autora quanto Araújo (2003), afirmam que o acto de participar pode ser expresso em diversos níveis ou graus, desde a simples informação, avançando para opinião, voto, proposta de solução de problemas, acompanhamento e execução das acções, e que deve gerar um sentimento de co-responsabilidade sobre as acções.

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho da Escola nem sempre se faça de forma intensa que muitos poderiam esperar, o facto de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão torne-se a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar. (Paro, 1995, p. 154).

Segundo MEC (2005), a participação dos diferentes extractos no Conselho de Escola prende-se com a necessidade de assegurar: (i) uma correcta gestão escolar; (ii) um satisfatório aproveitamento escolar; (iii) um positivo desempenho dos professores e (iv) uma gestão transparente dos recursos.

Contudo, estabelece ainda que uma gestão transparente supõe a existência de um ambiente de abertura democrática principalmente, por parte do director da escola, que é também membro do Conselho de Escola.

De acordo com MEC (2005), o Conselho de Escola deve estruturar-se por um mínimo de quatro comissões, nomeadamente: Comissão de HIV/SIDA, saneamento e saúde escolar; Comissão de finanças, construção e produção escolar; Comissão de género, alunos órfãos e vulneráveis e comissão de cultura e desporto escolar. Essas comissões ocupam-se da análise e acompanhamento do decurso das actividades específicas que lhes são atribuídas, mobilizar recursos para apoiar o desenvolvimento da escola na sua área específica e prestar informações regulares ao Conselho de Escola sobre os avanços e aspectos a melhorar na sua área específica.

Os constituintes do Conselho de Escola, no seu exercício, guiam-se pelos princípios universais, nomeadamente: (i) Respeito pela constituição; (ii) Promoção dos direitos da criança e da cidadania; (iii) Promoção do acesso universal a um ensino básico relevante

e de qualidade; (iv) Promoção da Educação da rapariga; e (v) Gestão participativa e transparente MEC (2005).

2.2.3 Funções do Conselho de Escola e suas competências em Moçambique

Para perceber melhor sobre as competências do CE, Basílio (2014, p. 52) agrupa em quatro funções básicas do Conselho da Escola:

- *Deliberativa* - refere-se as competências que tem a ver com aprovar e garantir a implementação de plano anual da escola, regulamento interno, aprovar relatórios, orçamentos e, às tomadas de decisão relativas às directrizes e linhas gerais das acções pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direccionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar;
- *Consultiva* - refere-se as competências que tem a ver com a apreciar ou propor algo, ou seja, refere-se não só à emissão de pareceres para dirimir as dúvidas e tomar decisões como também às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência;
- *Fiscal* - refere-se ao acompanhamento e à fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas acções;
- *Mobilizadora* - esta função tem a ver com a competência de persuadir aos pais e encarregados de educação para apoiarem a escola, isto é, refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. É essencial a participação de todos os segmentos no Conselho Escolar. Essa participação é o que tornará democrática a gestão da escola pública.

2.3 Gestão transparente

De forma a entender-se a importância da participação nos processos de gestão, propõe-se em primeira instância concordar com os seguintes conceitos de gestão.

O “conceito de gestão, parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização da acção construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por uma vontade colectiva.” (Luck, 1996, p. 21).

Segundo Sander (1995, p. 256), a "Gestão é a optimização do funcionamento das organizações através da tomada de decisões racionais e fundamentadas na recolha e tratamento de dados e informação relevante e, contribuir para o seu desenvolvimento e para a satisfação dos interesses de todos os seus colaboradores e para a satisfação de necessidades da sociedade em geral ou de um grupo em particular."

O conceito clássico de gestão define-a como *um conjunto de operações (planificar, organizar, dirigir, coordenar, supervisionar, avaliar e controlar), que respeitam à vida das organizações* (Galego, 1993, p. 51).

De entre os conceitos apresentados por Sander e Galego, Sander apresenta um conceito mais abrangente ao considerar também a satisfação dos interesses dos colaboradores e da sociedade em geral. Sander demonstra, que a satisfação de todos os envolvidos, as pessoas, a gestão e a sociedade poderá contribuir para a optimização do funcionamento das organizações.

Neste trabalho, o conceito gestão é abordado numa perspectiva de gestão participativa, onde, segundo Maranaldo (1989, p. 60), a Gestão Participativa é o conjunto harmónico de sistemas, condições organizacionais e comportamentos gerenciais que provocam e incentivam a participação de todos no processo de administrar. Visando através dessa participação, o comprometimento com os resultados (eficiência, eficácia e qualidade) não deixando a organização apresentar desqualificação.

Por sua vez, a transparência é entendida aqui como a redução das assimetrias informacionais entre cidadãos e agentes estatais, de maneira que sejam reduzidas falhas de gestão e permitam o controlo do cidadão sobre os aptos ilícitos cometidos no sector público (Hood, 1999).

Pereira (2002) argumenta que a Transparência se efectiva por meio do acesso do cidadão à informação governamental. Batista (2011), acrescenta que não somente se

efectiva através do acesso, mas também da compreensão do “homem comum” do que é acessado.

A gestão transparente trata-se, portanto, do aumento da visibilidade dos gastos efectivados pelos órgãos com qualidade de informação e em espaço temporal. Esses dados se referem a qualquer informação pública ou sob custódia dos órgãos e entidades da Administração Pública, desde que não sejam sigilosos. Além disso, quando a transparência pública é eficaz a sociedade pode acompanhar os serviços prestados e identificar quando houver fraudes que impeçam o desenvolvimento dos órgãos e do país.

A transparência na gestão pública é consubstanciada na divulgação de relatórios, na realização de audiências públicas regulares e na prestação de contas dos chefes dos poderes. Constitui-se, ao mesmo tempo, um requisito fundamental para a boa governação e um elo entre estado e sociedade civil, pois aumenta o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública.

A transparência possui três elementos básicos: A publicidade, a compreensibilidade das informações e a utilidade para decisões. A publicidade considera a ampla divulgação, em tempo hábil e por vários meios de informação. A compreensibilidade pressupõe informações com linguagem acessível e com boa apresentação. Já a utilidade se fundamenta na relevância e na confiabilidade das informações (Platt Neto *et al.*, 2007).

A gestão transparente deve ser entendida como uma acção de participação de todos os segmentos da instituição, como uma forma de contribuir para o processo de tomada de decisões, proporcionando condições para a resolução das questões sociais e políticas, constituindo características fundamentais para o desenvolvimento do currículo educacional. Com isso, essa participação oferece às pessoas a oportunidade de controlarem o próprio trabalho, assumirem autoria sobre o mesmo e sentirem-se responsáveis por seus resultados, portanto, construindo e conquistando sua participação.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2012), a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde a um só tempo, às questões como? Com quê? Onde? Quanto?

A metodologia é um conjunto de métodos ou caminhos percorridos na busca do conhecimento. Com isso, a pesquisa é uma relação de procedimentos sistemáticos fundamentados no raciocínio lógico, objectivando encontrar soluções para problemas propostos, mediante utilização de métodos científicos (Andrade, 2001).

Quanto aos procedimentos metodológicos é um *Estudo de Caso*. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objecto de estudo do ponto de vista do investigado, obedecendo diversas etapas, desde revisão bibliográfica, escolha da população, representatividade da amostra e estabelecimento de programa de pesquisa com vista a recolha de dados.

3.1 Tipos de pesquisa

A presente pesquisa classifica-se da seguinte forma:

- *Quanto à natureza* a pesquisa é básica, visto não busca a solução de problemas concretos e imediato, mas procura aprofundar o fenómeno
- *Quanto à forma de abordagem*, o estudo baseia-se na abordagem mista, *qualitativa* e *quantitativa*. Segundo Richardson (1999, p. 80), “as investigações que se voltam para uma *análise qualitativa*, em geral, têm como objecto situações complexas ou estritamente particulares. A pesquisa é qualitativa, pois, se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Sobre a *abordagem quantitativa* esclarece Fonseca (2002, p. 20) que diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. Portanto, a pesquisa apresenta um teor quantitativo porque recorre à

linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis

- *Quanto aos objectivos*, o estudo caracteriza-se de forma *descritiva*, tendo em conta que na vertente de Gil (1999) a pesquisa descritiva tem como finalidade a descrição das características essenciais de determinada população ou fenómeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e factos. Ainda de acordo com Gil (1991, p. 45), este tipo de pesquisa tem como objectivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses.
- *Quanto aos métodos de procedimento*, método monográfico de acordo com Marconi e Lakatos (2009:91), este método consiste em fazer a seleção, análise e exposição de dados importantes, bem como um estudo de determinadas condições de dados importantes, grupos ou comunidades com a finalidade de obter generalizações do fenómeno em estudo.

Marconi e Lakatos (2001, p. 188) abordam os estudos *exploratórios* afirmando que: “são investigações de pesquisa empírica cujo objectivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, facto ou fenómeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos”.

A pesquisa é exploratória porque fez-se um diagnóstico da participação do conselho de escola na Gestão do fundo directo de apoio às escolas através de instrumentos, mas também foi possível sondar acerca dos pressupostos teóricos que sustentam o estudo de pesquisa e os factores que influenciam neste processo.

De acordo com os objectivos da investigação adopta-se a *pesquisa bibliográfica*, pois, na opinião de Fonseca (2002, p. 32) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como livros, artigos científicos, páginas electrónicas ou websites. Assim, para a pesquisa bibliográfica o estudo foi auxiliado com pesquisa documental.

- *Quanto ao método de abordagem*, a pesquisa recorre ao método hipotético-dedutivo, bem como Silva e Menezes (2005:27) afirmam que o Método Hipotético-Dedutivo proposto por Popper, consiste na adopção da seguinte linha de raciocínio:

“quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenómeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Este método é imprescindível ao tema na medida em que vai ajudar a formular hipóteses sobre a modos de participação do Conselho de Escola para tentar explicar a questão da gestão transparente do fundo do ADE.

3.2 População e amostra do estudo

3.2.1 População

População ou universo da pesquisa é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo (Menezes e Silva, 2001, p. 39). Assim, o presente estudo tem como população todos os elementos do Conselho de Escola da Escola da Escola Primária Completa de Bela Vista no Distrito de Matutuine, sendo esta composta por gestores, professores, alunos, pais/encarregados de educação e representantes da comunidade, no este é constituído 21 elementos distribuídos conforme a tabela que se segue:

Tabela 3.1: Descrição da população

Nº de ordem	Conselho de Escola	Número de membros	%
1	Director da escolar	01	4.7
2	Pessoal Administrativo	01	4.7
3	Professores	03	14.2
4	Alunos	04	19
5	Pais/encarregados de educação	08	38
6	Representantes da Comunidade	04	19
7	Total	21	100

Fonte: O autor.

3.2.2 Amostra

Para a realização da pesquisa, recorreu-se a uma amostra por conveniência, que consiste numa selecção propositada da escola, justificando-se por questões relacionadas com o custo, economia de tempo, localização geográfica estratégica que permite que a mesma seja frequentada por alunos da Vila Sede do Distrito, o que pressupõe uma exigência de um Conselho de Escola composto por pais e encarregados de educação de diferentes dimensões sociais, professores experientes e por constituir uma escola que geralmente tem sido campo de experimentação de inovações educativas.

Segundo Gil (1999), numa amostra por conveniência, os indivíduos são seleccionados mediante a sua particularidade de reunirem características essenciais e únicas. Neste contexto, para o presente estudo, foi extraída uma amostra de 16 membros do Conselho de Escola, dos quais o Director da escola; O chefe da Secretaria; Três (03) Professores o que corresponde a 100%; Três (03) alunos que representa a 75% dos alunos membros do Conselho de Escola; Cinco (05) Pais/Encarregados de educação com 62.5% de representatividade e três (03) representantes da comunidade, o que corresponde a 75% dos representantes da comunidade membros do CE.

Tabela 3.2: Caracterização da amostra

Membros do Conselho de Escola	Número	Percentagem
Director da Escola	1	100 %
Pessoal Administrativo	1	100 %
Professor	3	100 %
Alunos	3	75 %
Pais e Encarregados de Educação	5	62.5 %
Representantes e da Comunidade	3	75 %
Total		16

Fonte: O autor.

3.3 Técnica de recolha e tratamento de dados

Para a realização da pesquisa foi aplicada a entrevista semi-estruturada ao colectivo de direcção e questionário aos membros do conselho de escola (Professores, pais/encarregados de educação, pessoal não docente, alunos e representantes da comunidade) para avaliar até que ponto o conselho de escola participa na gestão transparente do fundo de apoio directo e em alguns casos análise de documentos no período que compreende o estudo.

3.3.1 Entrevista

Conforme Yin (1994), entrevista é um procedimento utilizado na investigação social para colecta de dados, com a finalidade de fornecer subsídios para diagnósticos, análises e pesquisas.

O pesquisador acredita que a técnica de entrevista poderá não só adquirir informações relevantes sobre participação do conselho de escola no processo de gestão transparente do fundo do ADE, como também do sentimento, da postura e dos pensamentos que o colectivo de direcção e o presidente do conselho for a transmitir dentro do processo, ou seja, a entrevista foi dirigida ao Director da escola, Chefe de Secretaria e a Presidente do Conselho de escola.

3.3.2 Questionário

Segundo Gil (1999), o “ questionário é a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc”. Para a concepção do questionário foram identificados alguns indicadores que possibilitaram avaliar o processo investigado sob sua total dimensão, limitações e aspirações.

A pesquisa apoiou-se no questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas de forma a colectar um conjunto de dados, para responder os objectivos do estudo. O mesmo foi aplicado aos dois Professores, dois alunos, três pais/encarregados de educação e um representante da comunidade, membros do Conselho de Escola. De acordo com Yin (1994), este instrumento permite ao inquirido expor as suas opiniões de forma directa e objectiva.

3.3.3 Análise documental

A análise documental é a fonte de colecta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias Lakatos (2001, p. 174). É uma técnica de colecta de dados para conseguir informações e utiliza a consulta de documentos de determinados aspectos da realidade que possam atribuir ênfase aos resultados obtidos nos questionários mistos e entrevista.

Entretanto para o alcance efectivo dos objectivos faz se uma análise das actas de reuniões, balanços financeiros, legislação, manuais de procedimento existentes, plano estratégico da escola, registos de deliberações, lista de compras e comprovativos de compras, mapas ou seja, tudo o que é registo da escola respeitante a intervenção do conselho de escola no fundo de apoio directo.

Estes documentos ajudaram no desenho do questionário, na interpretação dos resultados bem como na interpretação dos objectivos específicos desta pesquisa.

3.3.4 Procedimentos de análise e tratamento de dados

Os dados serão analisados usando estatísticas descritivas, análise gráfica e tabelas. Os mesmos dados serão tabulados usando o *Microsoft Office Excel 2016*. Para a elaboração da presente pesquisa optou-se pela escala de Likert que apresenta uma série de cinco proposições, das quais o inquirido deve seleccionar uma, como por exemplo: concorda totalmente, concorda, sem opinião, discorda, discorda totalmente.

3.4 Validade e fiabilidade dos instrumentos

Minayo (2007), a validade científica de uma pesquisa depende do rigor com que a mesma é desenvolvida, não bastando assim apenas seguir os passos do método científico para assegurar total rigor e validade.

Cohen (2000), define a fiabilidade para a investigação quantitativa como sendo essencialmente sinónimo de consistência ao longo do tempo, de instrumentos diversos e sobre diferentes grupos. A fiabilidade está relacionada com a exactidão e precisão dos dados. A Fiabilidade está associada à responsabilidade dos resultados por um dado instrumento.

A validade e a fiabilidade de um instrumento permitem garantir a qualidade informativa dos dados recolhidos por esse mesmo instrumento. Estas duas características são complementares sendo que, a validade refere-se qualidade dos resultados da investigação no sentido de os podermos aceitar como factos indiscutíveis, isto é, empiricamente verdadeiros. A fiabilidade assegura que os dados foram obtidos independentemente do contexto, do instrumento ou do investigador. Ou seja, verifica a consistência do processo de medição. Por outras palavras, permite aferir se diferentes investigadores, utilizando os mesmos procedimentos, poderiam chegar a resultados idênticos sobre o mesmo fenómeno.

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo faz a apresentação e discussão dos resultados obtidos ao longo do trabalho feito na Escola Primária Completa de Bela Vista no Distrito de Matutuine. A análise é feita em torno das perguntas de pesquisa confrontando com a revisão de literatura. Constituem perguntas de pesquisa as seguintes: Pergunta 1. Como é desenvolvido o processo de gestão do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista? Pergunta 2. Qual é o nível de conhecimento do conselho de escola em relação aos instrumentos normativos usados no processo de gestão do fundo de ADE? Pergunta 3. Qual é o grau de participação do Conselho de escola na Gestão transparente do fundo de apoio directo as escolas?

4.1 Descrição da Escola Primária Completa da Bela Vista no distrito de Matutuine

A Escola Primária Completa de Bela-Vista, localiza-se no centro da vila de Bela-Vista, tem uma área de 0,91ha vedada. A população residente nesta zona é oriunda de várias zonas como Chelene, Célula A, B, C, D e Mudissa. A escola existe desde 1949, e teve como dirigente o General Machado. Chamava-se Escola Oficial General Machado. Limites: Norte – Estrada principal; Sul – Residências dos professores; Este – SDPI, Associação KUTSEMBA e estrada da zona comercial e Oeste – Rua da Mecanagro.

4.1.1 Funcionamento da escola

Lecciona o 1º e 2º grau (1ª a 7ª classe), divididos em dois turnos (Manhã e Tarde). A escola apresenta um bloco administrativo, com três (3) gabinetes, onze (11) salas de aulas, mobiladas, em média, 25 carteiras em cada uma delas, um quadro preto; O efectivo escolar é alimentado pelos bairros A, B, C, D, Chelene e Mudissa “A”.

4.1.2 Infra – estruturas

A escola possui 11 salas de aulas, um bloco administrativo, biblioteca, salão de jogo polivalente que permite praticar basquetebol, futsal, voleibol, netbol, etc., armazém, casa de banhos construídos com material convencional, área reservada á produção escolar (horticultura), cozinha/armazém, pátio vedado com material convencional; Cantinho para o funcionamento do Serviço Amigo para Adolescentes e Jovens, oficina pedagógica Distrital para a reciclagem e formação de Professores em exercício á Distancia.

Tabela 4.1 - Número de Salas existentes na Escola

Compartimentos	Quantidade	Condições de utilização	
		Adequadas	Inadequadas
Gabinete do director	1	X	
Gabinete do Director pedagógico	1	X	
Secretaria	1	X	
Biblioteca	1	X	
Salas de aulas	11	X	
Sanitários	4	X	
Salão de jogos	1		X
Armazéns	1		X
Oficina Pedagógica Distrital	1	X	
Cantinho SAAJ	1	X	

Fonte: Plano estratégico de desenvolvimento da escola.

4.1.3 Efectivos e rendimento escolares

A escola tem uma capacidade para albergar cerca de 1100 alunos, mas actualmente funciona com 929 alunos (2018).

Tabela 4.2 - Efectivos e Rendimentos Escolares

Classe	Nº de alunos	Turmas	Frequência Média	Taxas do Rendimento Escolar
1 ^a	139	3	46	97.1
2 ^a	185	4	46	74.1
3 ^a	124	3	41	75
4 ^a	98	2	49	56.1
5 ^a	149	3	49	62.4
6 ^a	126	3	42	51.6
7 ^a	108	2	54	76.9
TOTAL	929	20	327	71.1%

Fonte: Relatório anual de actividades – 2018.

4.1.4 Recursos financeiros da escola

Tabela 4.3 - Recursos Financeiros da Escola Primária Completa de Bela Vista (2018)

FONTE	TOTAL
Orçamento do Estado	1.447.548,10
Fundos próprios	5.550,00
ADE	57.860,00
Outros	00,00

Fonte: Relatório anual de actividades (prestação de contas/despesas) – 2018.

4.2 Descrição do processo de Gestão do fundo de Apoio Directo na Escola Primária Completa de Bela Vista

Ao abordar a questão do processo da Gestão do Fundo de Apoio Directo é necessário ter em conta que o processo ocorre em dois níveis subsequentes, sendo que inicialmente no primeiro nível o processo de gestão dá-se ao nível dos SDEJT como expressão do Governo central e a segunda parte do processo de gestão ocorre a nível de cada escola como expressão da participação do Conselho de Escola.

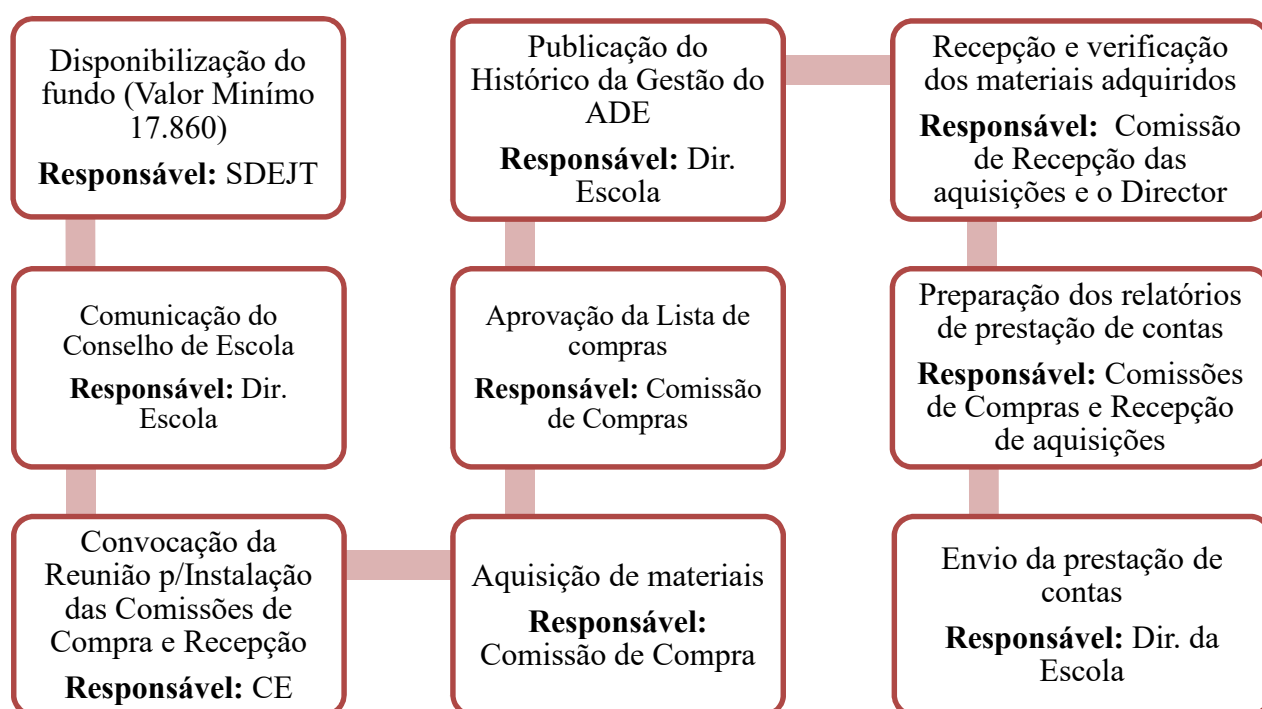
O primeiro nível do processo da Gestão do fundo de ADE resumidamente pode ser descrito da seguinte forma: Havendo a disponibilidade do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), o fundo comum do financiamento dos doadores para o sector da educação, onde é administrado 75% do financiamento externo para o sector (o restante financiamento externo é fornecido por meio de apoio a projectos e administrado directamente pelos respectivos doadores), posteriormente os fundos são transferidos do FASE duas vezes por ano para as direcções distritais de educação, que emitem cheques ou entregam o dinheiro às escolas, com base num plano de despesas elaborado pelo CE de cada escola (Campri, 2013, p.7).

O segundo nível do processo de Gestão de ADE, que constitui e é o cerne desta secção, ocorre de uma forma democrática ao nível de cada escola. A nível da escola o processo de gestão do ADE pode ser descrito da seguinte forma: após a recepção do valor pelas escolas, valor este calculado de acordo com uma fórmula que tem em conta o número de alunos, o número de turmas, e um valor discricionário variável em função do tamanho da escola, localização e elevado índice de prevalência do HIV e SIDA e de alta insegurança alimentar. Posteriormente ao recebimento do valor, os Conselhos de Escola, são informados do valor que foi atribuído à escola e este por sua vez, decidem o que devem comprar.

No âmbito do processo de Gestão do fundo da ADE, em prol da transparência anualmente é publicado e divulgado nas províncias e distritos, uma mapa no qual constam todas as escolas e os montantes atribuídos a cada uma delas. Importa salientar que ao nível das escolas este processo de gestão foi previamente planeado, devendo a Direcção da escola com a total coordenação do Conselho de Escola dentro das suas autonomias seguir as directrizes que norteiam o ADE.

As directrizes acima mencionadas são publicadas anualmente pelo Ministério da Educação, dentre elas as principais são: Manual de Apoio ao Conselho de Escola, Manual de Procedimentos, Manual de Distribuição dos Recursos Financeiros do ADE. Portanto, estes instrumentos contêm instruções sobre os tipos de materiais que podem ser adquiridos e sobre os mecanismos de decisão e de gestão a serem adoptados no âmbito do ADE. A figura a seguir descreve o processo de gestão do fundo de ADE tendo em conta as directrizes do Ministério da Educação.

Figura 4.1.- Descrição do processo de gestão do fundo de ADE nas escolas



Fonte: Manual de Procedimento (2015)

Com base no anteriormente exposto sobre o processo de gestão do ADE, retomamos a pergunta inicial da pesquisa, sobre como tem sido “desenvolvido o processo de Gestão do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista?”. Como forma de ter um panorama realístico sobre assunto, elaborou-se uma série de questões, que foram elaboradas da seguinte forma: as perguntas sobre o assunto da responsabilidade da direcção da escola foram direccionadas aos membros do Conselho de Escola, e as

perguntas sobre o assunto que tem a ver com os membros do Conselho de Escola foram direccionadas à Direcção da Escola.

Com o objectivo de descrever o processo de Gestão do fundo de Apoio Directo na EPCBV, foram formuladas 5 perguntas principais direccionadas aos Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola da EPCBV, respectivamente: *B1: No âmbito do processo de ADE o valor recebido pela Escola em 2018 foi superior 17.860,00 meticais? B2: No âmbito do processo de Gestão do ADE foram instaladas as comissões de compra e recepção? B3: Após disponibilização do Fundo de ADE, O conselho de Escola fez o uso do valor (houve aquisição de materiais)? B4: Após o processo de Aquisição, verificou se os materiais aprovados e adquiridos foi correspondente aos materiais recebidos? B5: Em relação ao processo da prestação de contas, o CE por via das comissões preparou e aprovou os documentos de prestação de contas?*

Em relação a pergunta B1, Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola da EPCBV afirmaram em 100% “Concordo totalmente” que em 2018 a escola recebeu um valor a título de ADE 1ª Tranche e que esse mesmo valor foi superior a 17.860,00. Percebe-se aqui que só pelo valor da 1ª tranche recebido pela escola realmente supera ao valor preconizado no Manual de Procedimento, conforme mostra o excerto a seguir.

Tabela 4.4 - Parâmetros para o ADE 2015 em meticais (Escolas do Ensino Primário)

	Valor (MT)
Valor base por aluno:	88,00
Valor adicional por aluno:	40,00
Valor base por turma:	198,00
Valor mínimo por escola:	17.860,00
Valor para a ZIP, por escola:	180,00
Valor para o SDEJT, por escola:	212,00
Valor total para o ADE (a desembolsar):	571.928.743,00

Fonte: Manual de Procedimentos (2015, p. 9)

Os documentos escritos comprovam que a escola recebeu o valor de 57.860,00 meticais na primeira 1ª tranche (Anexo B e Anexo C). Não obstante ao acima referido, não se encontrou evidências que pudessem provar o recebimento da segunda tranche, apesar de

ter mencionado em documentos como Mapa de registo de despesas da escola ao critério da escola que o valor alocado para a EPCBV era 115.720,00 meticais no âmbito de ADE para 2018 (Anexos D). Resulta disso que na presente pesquisa, todas as ilações levantadas quanto ao processo da gestão de ADE se assentam nos procedimentos verificados apenas com valor recebido na primeira tranche.

Tendo em conta que a EPCBV recebeu a primeira tranche por via do Cheque questionou-se ao Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola da EPCBV por via da pergunta B2, se “*No âmbito do processo de Gestão do ADE foi instalada as comissões de compra e recepção?*”. A resposta igualmente foi em 100% “concordo totalmente” que as Comissões de compra e de recepção foram criadas.

Sobre este aspecto acrescentou o Director da Escola João Machava que as comissões de compra e recepção foram criadas, sendo que a comissão de compras constituída por dois membros (Técnico administrativo da escola e representante dos pais e encarregados de educação) e a comissão de recepção constituída por 5 pessoas incluindo do Director da escola (Representantes do pais e encarregados de educação, Representante Administrativo, Adimírcio Nhocue e um representante dos alunos) (ANEXO E). Como forma de garantir maior transparência e evitar desvios, a participação do Director da Escola na comissão de recepção é de carácter obrigatório (Manual de Procedimento, 2015, p.13).

A comissão de compra assim como a comissão de recepção desempenham um papel preponderante na gestão do fundo de ADE, visto que a primeira é responsável pela preparação da lista de compras a ser aprovada ou reprovada pelo Conselho da Escola e ainda cabe a esta comissão tratar directamente de aspectos ligados a aquisição dos materiais e serviços constantes da lista de compras aprovada conforme as normas prescritas de aquisição de matérias e serviços. Por sua vez, a segunda comissão é responsável pela recepção e verificação dos materiais adquiridos e pelo uso dos materiais de acordo com a finalidade acordada.

Como forma de perceber se dentro do processo de gestão do ADE a comissão de compras e de aquisição desempenham devidamente o seu papel, por via da questão B3 e B4, durante a entrevista questionou-se ao Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola da EPCBV se: B3: *Após disponibilização do Fundo*

de ADE, O conselho de Escola fez o uso do valor (houve aquisição de materiais)? B4: Após o processo de Aquisição, verificou se os materiais aprovados e adquiridos foi correspondente aos materiais recebidos?

Em relação a pergunta B3, O Director da Escola, Chefe da Secretaria e o Presidente do Conselho de Escola da EPCBV afirmaram em “concordo totalmente” que o fundo recebido na primeira tranche foi no seu todo utilizado para custear despesas anteriormente escolhidas por consenso pelo Conselho de Escola.

Os itens adquiridos pela comissão de compras e recebido pela comissão de recepção são descritos da seguinte forma:

Tabela 4.5 – Itens adquiridos e recebidos pelas comissões da gestão do ADE na EPCBV

Ordem	Nome	Qtd.	Custo total	Ordem	Nome	Qtd.	Custo total
1	Toner Black	02	12.060	18	Alface	02	170
2	Saco Grande	01	5	19	Cebola tenra	01	85
3	Cadernos	500	11.750	20	Cenoura	01	85
4	Processo de Aluno	200	7.000	21	Beteraba	01	85
5	Lápis	300	4.050	22	Pepino	01	85
6	P. Canetas	06	3.270	23	Insecticida	01	811
7	Resma cartolina	01	500	24	Saco grande	01	3,33
8	Frasco cola tudo	08	480	25	Regador N.	05	1.357,49
9	Corrector	04	300	26	Papel higiénico	04	130
10	Bolas Andebol.	02	2.223	27	Rodos Madeira	03	555
11	Cronómetro	01	409,50	28	Emb. Palha de Aço	01	200
12	Rolo cabo	01	2.000	29	Omo 4 kg	04	660
13	Ancinhos	05	450	30	Sabão bingo	05	125
14	Creolina	05	1250	31	Pá de Bico	02	390
15	Pacote pregos	05	200	32	Rolas de chapas	05	1.950
16	Alcate	01	250	33	Manutenção cobert.	06	3.210,68
17	Cadeado	02	260	34	Despesas de transp.	02	1.500
46457,50			46.457,50	Subtotal			11.402,50
TOTAL: 57.860,00							

Fonte: Relatório de prestação de contas – ADE.

A tabela 4.5 mostra claramente que há uma correspondência exacta entre os itens escolhidos e valor alocado para os mesmos. Portanto, a quantia de 57.860,00 meticais recebidos na primeira tranche, foi cabal para suprimentos das despesas anteriormente previstas pelo CE.

No processo da Gestão do ADE, a última fase que encerra uso da quantia enviada em cada tranche, denomina-se por Prestação de Contas. De acordo com Manual de Procedimentos (2015), a utilização dos fundos e a prestação das contas é primeira responsabilidade do Director da Escola. O Conselho de Escola, sendo um órgão importante para o correcto funcionamento da escola, deve verificar e aprovar a lista de materiais e serviços a adquirir assim como os processos de prestação de contas, ou seja, a despesa.

No sentido de averiguar a prestação de contas da EPCBV no âmbito do ADE questionou-se ao Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola da EPCBV se *B5: Em relação ao processo da prestação de contas, o CE por via das comissões preparou e aprovou os documentos de prestação de contas?*

O Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola da EPCBV “concordam totalmente” que o CE fez a devida prestação de contas. Pois de acordo com o chefe de secretaria, Humberto Djiengo, as comissões disponibilizaram todos os mapas exigidos pelo ADE como constituinte da fase da prestação de contas posteriormente aprovado pelo CE, sendo assim foi apresentado e aprovado os 7 mapas a saber:

- a) Mapa 3.a (Registo dos materiais e serviços adquiridos e respectivo valor)
- b) Mapa 3.b (Registo das despesas ao critério das escolas (20%))
- c) Mapa 3.e (Registo dos valores não gastos)
- d) Mapa 4: (Lista comprovativa da distribuição de material aos alunos)
- e) Mapa 5: (Mapa de controlo de stocks)

Em relação ao processo de Gestão do ADE na Escola Primária Completa Bela Vista, com base no exposto acima, conclui-se que o processo de gestão do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista ocorre de uma forma participativa, tendo sido seguida todas as directrizes estabelecidas no Manual de Procedimentos que vai desde a disponibilização e recepção do montante de 57.860,00 meticais (só a1ª tranche) que culmina com a prestação de contas. Contudo, verificou-se que a Escola em 2018 não recebeu o montante relativo a segunda tranche, o que pode ter sido causado hipoteticamente pelo facto do CE não ter prestado contas dentro do período

estabelecido, ou mesmo pela incapacidade financeira do próprio programa em disponibilizar a segunda tranche a aquela escola.

4.3 Análise da Participação do CE ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a gestão transparente

Conforme vimos na secção anterior, que a gestão do fundo do ADE efectiva-se por meio de processos ou etapas que foram previamente descritas pela MINED, mas até aqui não se sabe efectiva e minuciosamente como é que Conselho de Escola participa em cada das fases que foi lhe confiada. Foi com base nesse pressuposto que formula-se o segundo objectivo da pesquisa que procura explicar a participação do Conselho de Escola ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a um Gestão Transparente.

A participação do CE ao longo da Gestão do Fundo do ADE requiere que os membros estejam informados, conforme defende Bulos (2011) que todos têm a prerrogativa de informar e de ser informado, encontramos no pensamento de Bulos a ideia subjacente de direito a informação enquanto um instrumento da participação. Foi distrito a esse aspecto que por via da questão *B1: Os membros do Conselho de Escola foram comunicadas sobre a disponibilização do Fundo do ADE pela Direcção da Escola?*

Com base nas respostas obtidas foi possível constar 70% dos membros do CE que por sinal constituem a maior parte dos membros do CE concordam totalmente que lhes foi comunicada da disponibilidade dos 57.860,00 meticais para o ADE.

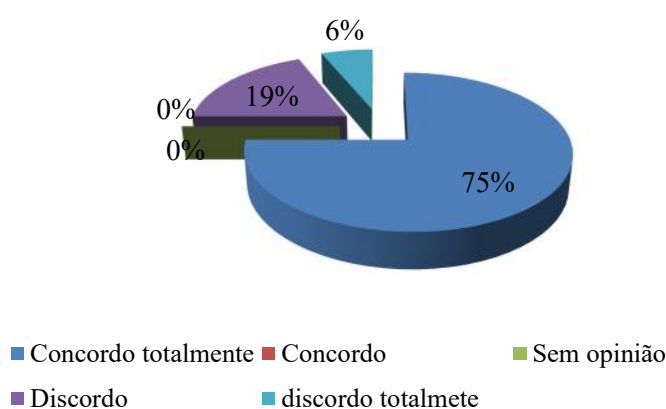


Figura 4.2 - *B1: Os membros do Conselho de Escola foram comunicados sobre a disponibilização do Fundo do ADE pela Direcção da Escola?*

A figura 4.2 revela-nos de igual modo que ainda persistirem casos de membros de CE que não são informados sobre a existência do fundo do ADE, tanto que 25% dos membros do CE da Escola Primária Completa de Bela Vista recusam a aceitar que foram informados sobre a disponibilidade do fundo de ADE.

Ainda nesta senda que por via da questão B2 inquiriu-se aos membros do CE da EPCBV se *A Direcção da Escola faz a Publicação de todo o histórico do processo de Gestão do ADE nas vitrinas da escola?* Resultou das respostas obtidas que 87% dos membros do conselho tem acompanhado todo o histórico do processo da gestão do ADE por meio das informações disponibilizadas nas vitrinas pela Direcção da Escola. Não obstante, existem membros do CE representados em 13% que discordam, acreditando nem todos factos são publicados nas vitrinas. Conforme ilustra a figura a seguir.

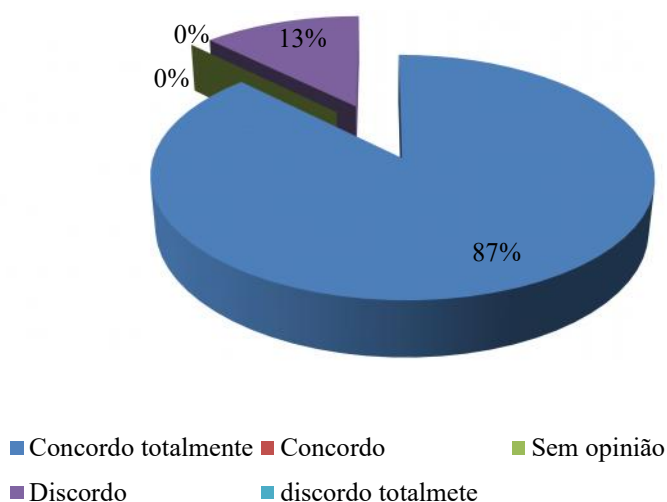


Figura 4.3 – B2: *A Direcção da Escola faz a Publicação de todo o histórico do processo de Gestão do ADE nas vitrinas da escola?*

Apesar de verificar-se uma sonegação da informação ao Conselho de escola, pode-se dizer que a CE da EPCBV tem acesso a maior parte da informação que reporta ao processo da gestão do ADE, dentre elas: Os valores recebidos na 1ª tranche, lista dos materiais e serviços elegíveis (Mapa 2); A proposta da lista de compras da escola para a 1ª; A acta da reunião do Conselho de Escola que instala a Comissão de Compras e a Comissão de Recepção das Aquisições, bem como a aprovação da lista de compras; Os mapas de prestação de contas relativos à aplicação dos fundos (Mapas 3a e 3b).

A única informação que ainda não tem sido disponível e afixada na vitrina de acordo com os membros do CE, é a informação relativa a nota de entrega dos materiais pela Comissão de Compras à Comissão de Recepção de aquisições.

Silva (2007), citando Cautela e Polioni (1982), refere que a “informação é considerada como o ingrediente básico do qual dependem os processos de decisão”. Devido a essa problemática da oportunidade de informação, aliado a fraca disponibilização de informação, os membros de Conselho de Escola têm dificuldades de intervir no processo da gestão do fundo de ADE.

A questão da disponibilização da informação directa ou indirectamente compromete a sua participação efectiva. Contudo, ao questionar-se o Conselho de Escola sobre em que momento participa no processo de gestão do ADE, constatou-se que apesar do défice de informação, o CE participa em 5 momentos mais importante no processo de gestão do fundo de ADE, nomeadamente.

1. Na definição e aprovação da lista de compras;
2. Na instalação das comissões de compras e recepção dos materiais;
3. Na verificação das compras;
4. Na aprovação do relatório de prestação de contas;
5. No envolvimento dos pais/encarregados de educação na rotina da gestão do fundo.

No geral o CE da EPCBV a nível da participação em relação as responsabilidades que lhe foram incumbidas pelo Manual de Procedimento, este tem participado em todas as fases, apesar de existirem situações que constituem autênticas barreiras para a participação no processo da gestão do ADE.

No sentido de perceber melhor sobre os entraves que comprometem a participação do CE, questionou-se ao CE se existiam factores que interferem na sua participação ao longo do processo de gestão do ADE. Portanto, a figura abaixo mostra claramente que existem entraves para a participação do CE da EPCBV.

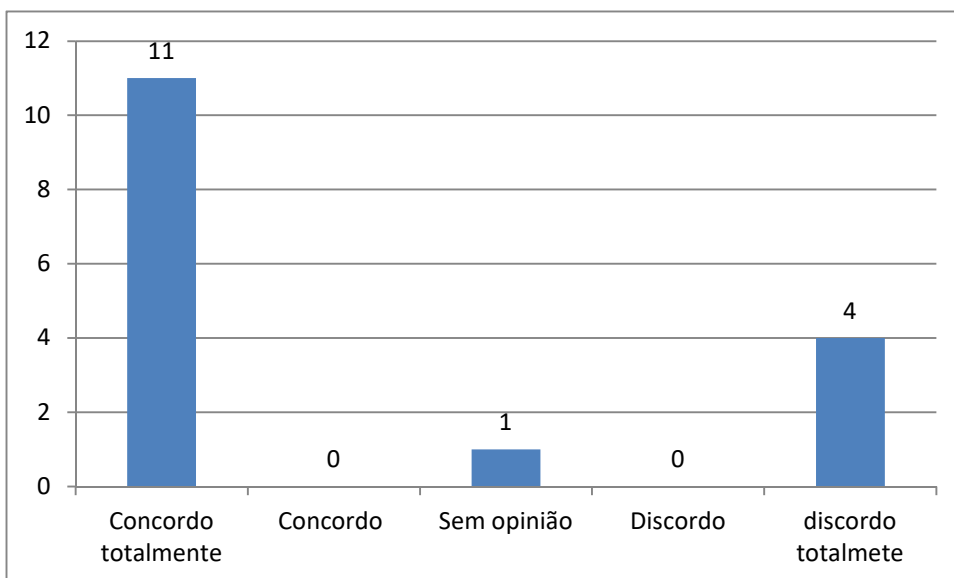


Figura 4.4. – Opinião sobre a existência de factores que interferem na actuação do Conselho da Escola na gestão do ADE? *Justifique.*

A figura 4.6 revela que apenas 4 membros do conselho de escola discordam totalmente que existam factores que interfiram na actuação do conselho de escola na gestão dos fundos do ADE e somente 1 membro do conselho de escola mostrou – se “sem opinião”. Pelo contrário, os restantes 11 membros que constituem a maioria dos membros do conselho de escola afirmaram que sim, “concordam totalmente” com a existência de factores que interferem na actuação do conselho de escola na gestão dos fundos do ADE.

Tais factores são:

- Horário da reuniões - O facto de nem todos os membros do conselho de escola não terem disponibilidade para participarem em todas as reuniões do conselho de escola.
- Falta de competência técnica - Os membros do CE apresentam dificuldades na interpretação das instruções sobre a ADE, apresentando um sentimento de despreparo para a participação.

A apesar da complexidade que a própria gestão do ADE apresenta e a existência de entraves a participação do conselho escolar, este colectivo apresenta uma consciência do sentido da participação, tanto que a maior parte dos membros do CE estão informados sobre os processo de Gestão do ADE. Mas para que a gestão do ADE seja transparente

não basta que haja a participação, é crucial que este seja profundo, tal como Luluva (2016) explica que participação pode significar apropriação do poder, efectivação do poder, ou até uma simples consulta aos envolvidos. Portanto, requer-se que a participação seja generalizada e efective-se a todos níveis.

4.3.1 Níveis de Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do ADE

Como o objectivo de Identificar os níveis de Participação do Conselho de Escola na Gestão transparente do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista, foram formuladas as perguntas *D1: O Conselho de Escola contribui para a gestão do fundo de ADE?, D2: No âmbito da Gestão do fundo do ADE, as contribuições dos membros do Conselho de Escola são tomadas em conta? D3: Como é que classifica a participação do conselho de escola na gestão transparente do ADE?*

Em torno dessas questões os membros do conselho de escola afirmaram que o CE possui um papel relevante na gestão dos fundos de apoio directo às escolas e todas as contribuições dos membros do conselho de escola são tomadas em conta sempre, pois, o processo de gestão do fundo é participativo e democrático.

“A utilização dos fundos e a prestação das contas é primeira responsabilidade do Director da Escola. O Conselho de Escola, sendo um órgão importante para o correcto funcionamento da escola, deve verificar e aprovar a lista de materiais e serviços a adquirir assim como os processos de prestação de contas, ou seja, a despesa.” (MIDED, 2015).

Tanto a direcção da escola assim como os membros do CE consideram a participação do conselho de escola na gestão transparente do fundos de apoio directo às escolas como sendo boa e activa, sendo que da amostra dos 16 membros do CE da EPCBV, 10 membros acreditam que o nível de participação na gestão do fundo do fundo é relativamente boa e 3 membros consideram como activa, contudo as sinais de que 2 membros acreditam que só participam de uma forma passiva e o restante participam de uma forma razoável.

Tal como ilustra a figura a seguir em termos percentuais:

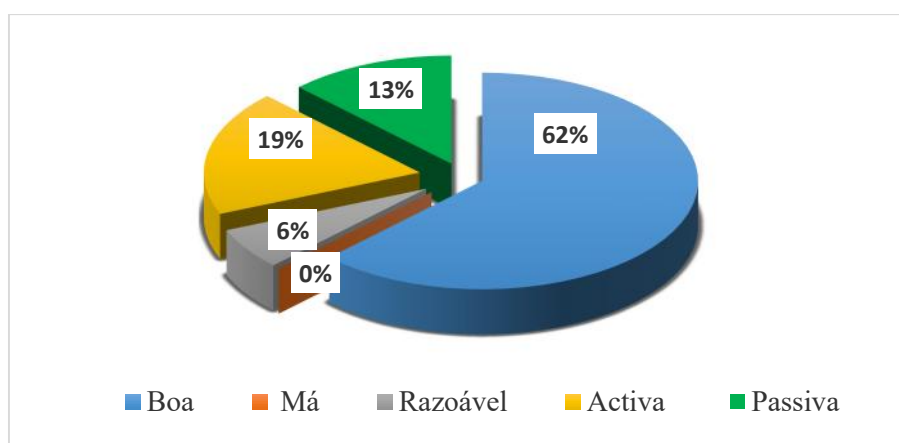


Figura 4.5. – *Classificação da participação do conselho de escola na gestão transparente do ADE?*

A figura acima mostra claramente que na EPCBV não existe uma *Participação total* proposto por Fonseca (1998), no qual todos os membros do CE detêm o mesmo poder de decisão e de influenciar as decisões a tomar. O ideal seria se todos os membros do Conselho da escola da EPCBV participassem activamente, conforme defende Nhanice (2013, p.28) que “*quanto mais activa e ampla for a participação dos membros do Conselho de Escola na vida da escola, maiores serão as possibilidades de fortalecimento dos mecanismos de participação e decisões colectivas*”.

Ainda de acordo com o (MEC, 2015), a participação activa e construtiva da comunidade, dos pais e/ou encarregados de educação na tomada de decisões pode melhorar as infra-estruturas, o equipamento e o ambiente escolar e promover o sucesso escolar, pois o seu envolvimento está positivamente ligado aos resultados dos alunos.

Em relação ao nível de participação do conselho de escola conclui-se que a EPCBV tem um nível de participação aceitável para uma gestão transparente do fundo de ADE, tanto que os próprios membros reconhecem estarem a participar bem e activamente. Apesar de não existir uma participação total já que existem membros que participam de uma forma passiva. Apesar de existirem mecanismos que visam assegurar a participação da activa comunidade, algumas vezes, o seu papel é ignorado. Esta situação pode ser justificada pela ideia de Bazo *et all* (2009), ao afirmar que: “a fraca escolaridade dos seus membros é um factor que pode expressar essa limitação, especialmente nas acções relacionadas com a aprendizagem”.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES

Neste capítulo encontram-se dispostas as conclusões e recomendações resultante da pesquisa desenvolvida na Escola Primária Completa de Bela Vista, cujo o objectivo principal consistia em “Compreender a participação do Conselho de Escola na Gestão transparente do Fundo do Apoio Directo às Escolas na Escola Primária Completa de Bela Vista”. A pesquisa foi norteada com as seguintes perguntas de pesquisa: 1. Como é desenvolvido o processo de Gestão do ADE na Escola Primária Completa de Bela Vista? 2. De que forma o Conselho de Escola da EPCBV participa ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a uma Gestão Transparente? 3. Qual é o grau de Participação do Conselho de Escola da EPCBV na Gestão transparente do fundo de Apoio Directo as Escolas?

Em relação à descrição do processo de gestão do fundo do ADE, conclui-se que na Escola Primária Completa de Bela Vista é corolário do decurso de gestão do fundo escolar que dá-se inicialmente ao nível dos SDEJT como expressão do Governo central culminando com a segunda parte da gestão que ocorre da escola como expressão da participação do Conselho de Escola. Tanto que ao nível da Escola Primária Completa de Bela Vista no Matutuine o processo da gestão do ADE parte da recepção do fundo até a última fase de prestação de contas, obedecendo as fases ilustradas na Figura 4.1.

No que diz respeito à forma como o Conselho de Escola da EPCBV participa do processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a uma Gestão Transparente, conclui-se que este processo ocorre de uma forma participativa, tendo sido seguida todas as directrizes estabelecidas no Manual de Procedimentos que vai desde a disponibilização e recepção do montante de 57.860,00 meticais (só 1^a tranche) que culmina com a prestação de contas. Contudo, verificou-se que a Escola em 2018 não recebeu o montante relativo a segunda tranche, o que pode ter sido causado hipoteticamente pelo facto do CE não ter prestado contas dentro do período estabelecido, ou mesmo pela incapacidade financeira do próprio programa em disponibilizar a segunda tranche a aquela escola.

No tocante à identificação do grau de participação do conselho, com base nos dados obtidos no campo, conclui-se que a EPCBV tem um nível de participação aceitável para uma gestão transparente do fundo de ADE, tanto que os próprios membros reconhecem estarem a participar bem e activamente. Apesar de não existir uma participação total já

que existem membros que participam de uma forma passiva e existem mecanismos que visam assegurar a participação da activa comunidade, algumas vezes, o seu papel é ignorado. Conforme explicam Bazo (2009), que: “a fraca escolaridade dos seus membros é um factor que pode expressar essa limitação, especialmente nas acções relacionadas com a aprendizagem”.

Referências Bibliográficas

- Araújo, U. F. (2003). *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Editora Moderna.
- Basílio, A. (2014). *Papel do conselho de escola no sistema educativo moçambicano: um estudo de caso (Tese de doutoramento)*. Universidade Católica, Portugal.
- Gandin, D. (2000). *A prática do planejamento participativo* (8ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Gil, A. C. *Como elaborar projecto de pesquisa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Ministério da Educação e Cultura (2015). *Manual de Procedimentos do Fundo de Apoio às Escolas*. MINED
- Bordenave, J. (1995). *O que é participação*. (8ª edição). São Paulo: Brasiliense.
- Bordenave, J. (1994). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Dicionário Universal Integral da Língua Portuguesa (1996), (9ª Edição). Lisboa: Texto Editores
- Bulos, U. L. (2011). *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.
- Campri (2012). *Dialogo sobre a Educação em Moçambique: Um Estudo de Caso- Três Mecanismos de Financiamento para Melhorar os Resultados Educativos em Moçambique*.
- Ferreira, M. F. (1999). *Gestão colegiada em escola pública: expressão de autonomia ou heteronomia?* Dissertação (Mestrado) UFBA/Uesc, Salvador.
- Fonseca, A.J.D. (1998). *A tomada de Decisões na Escola*. Porto: Texto Editora.
- Ferreira, N. S. C. (2008) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. (6ª edição). São Paulo: Cortez.
- Sander, B (1995). *Gestão da Educação na América Latina. Construção e Reconstrução do Conhecimento*. Campinas, S.P: Editora Autores Associados.

- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. (2^a edição), São Paulo: Atlas.
- Doniak, F. A (2005). *Participação Comunitária no processo de Desenvolvimento Local. Estudo de caso do Município de Rancho Queimado*, PPG-UFSC. Florianópolis:Brasil
- Hood, C. (2006). “Transparency in Historical Perspective”. In *Transparency: The Key to Better Governance?*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Marconi, A & Lakatos, E. M (2012). *Metodologia do trabalho científico*. (7^a edição). São Paulo: Atlas.
- Marconi, A & Lakatos, E. M (2001). *Metodologia do trabalho científico*. (6^a edição). São Paulo: Atlas.
- Luluva, S. (2016). *Políticas educacionais em Moçambique: O Conselho de Escola como componente da gestão democrática da escola pública moçambicana (1975-2003)*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Luck, H (2006). *Gestão participativa na escola*. Petrópolis: Vozes.
- Luck, H. (2008). *A gestão participativa na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maranaldo, D. (1989), *Estratégia para a competitividade*. São Paulo: Produtivismo.
- Ministério da Educação e Cultura (2008). *Regulamento geral das escolas do ensino básico*. Maputo: DINEG/MEC.
- Navarro, I. P. (2004). *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania*. Brasília: Editora Seb.
- Nhanice, J. B. (2013). *O Papel do Conselho de Escola na Gestão Democrática da Escola Básica: as lições da experiência das Escolas Primárias Completas” 3 de Fevereiro” da Cidade de Maputo e “29 de Setembro” do Distrito de Marracuene*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Eduardo Mondlane, Maputo. Disponível em

<http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/123456789/236/1/2013%20-Nhanice%2C%20Jos%C3%A9%20Bambo%20.pdf>

Paro, V. H. (2001). *Gestão democrática da escola pública*. (10ª edição). São Paulo: Ática.

Paro, V.H. (1995). *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã Editora.

Pereira, A. (2002). *Educação para a Ciência*. Lisboa: Universidade Aberta.

Platt Neto *et al.* (2007). *Transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública*. V. 18, p. 75-94. Belo Horizonte: Contabilidade Vista e Revista.

Richardson, Roberto Jarry (1999). *Pesquisa social: Métodos e Técnicas*. (3ª edição.). São Paulo: Editora Atlas.

Sander, B. (1995). *Gestão da Educação na América Latina. Construção e Reconstrução do Conhecimento*. Campinas. São Paulo: Editora Autores Associados.

Silva, E. L. & Menezes, E. M. (2000). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC.


Silva, T. E (2007). *Gestão da informação nas organizações*, Revista Informática. Disponível:<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1843/1556> .Acessado no dia 28 de Novembro de 2019.

Yin, R.T. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. (2ª edição). London: Thousand Oak.

Legislação

- Diploma Ministerial nº 54/2003, de 28 de Maio.
- Lei nº 6/92 de 6 de Maio, do Sistema Nacional de Educação.
- Lei nº 4/83 de 23 de Março, do Sistema Nacional de Educação.

ANEXO A


UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Quelidos Diogo Zovale¹, estudante do curso
de Licenciatura em Organização e gestão da educação²,
a contactar Escola Primária Completa da Bela Vista³
a fim de fazer a recolha de dados⁴

Maputo, _____ de _____ de _____⁵

O Director Adjunto para Graduação


Adriano Jaciquete
dr. Adriano Jaciquete
(Assistente)

*Apresentou-se NESTA
EPC Bela Vista
Buzi
11/09/18*

*APRESENTOU-SE
na EPC de Bela Vista
Amabela
26/08/2019*

¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Ano)

ANEXO B

 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	Apoio Directo às Escolas (Ensino Primário) Anexo 10: Valor entregue à escola e a descrição de materiais e serviços elegíveis	SDEJT de <i>Mueituro</i>
--	---	-----------------------------

Identificação da Escola		Valor total alocado à Escola	Valor entregue	
			1.ª Tranche	Tranche Única
Código	Designação da escola			
050274	EPC BELA-VISTA	115,724,00	57.864,00	

O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano disponibilizou à escola o valor total acima indicado para o pagamento de despesas com a aquisição de materiais e serviços diversos cuja relação consta abaixo.

Lista dos materiais e serviços elegíveis:

Lápis, borrachas, afiadores, lápis de cor, esferográficas	Papel de fotocópia, papel químico, pastas de arquivo
CADERNOS, seberitas, cadernos de exercícios	Furadores, agrafadores, agrafos, fita-cola, carimbos, correctores, toner para impressoras e fotocopadoras, tinteiros para impressoras
Réguas, esquadros, transferidores, compassos	Computadores, máquinas de escrever e respectivas fitas
Papel de lustro, papel vegetal	Assistência técnica, serviços de manutenção de equipamento e de edifícios
Cartolina, tesouras, cola, bostick	Lâmpadas, tomadas, amaduras
Tinta de china, aguarelas, guaches, pinotéis	Fichas eléctricas, interruptores, disjuntores
Giz, apagadores, quadro preto	Martelo, pregos, parafusos, fechaduras
Réguas, esquadros, transferidores e compassos para o quadro preto, tinta para a pintura do quadro preto	Fechaduras, cadeados, dobradiças, reguladores, tranquetas
Sólidos geométricos (caixa métrica)	Vassouras, crocheta, baldes plásticos
Máquinas calculadoras	Vídeos, massa para vidro
Gramáticas, tabuadas	Redes mosquiteiras
Dicionários de língua portuguesa e de língua inglesa	Rolos plásticos para a cobertura de salas de aulas
Globos, mapas didácticos, quadro sílabico	Enxadas, sementes, ancinhos, regadores, mangueiras, agulhas para crochet e tricô, linha de crochet e lã
Bolas de diversas modalidades, rede de voleibol	Esteiras para salas de aulas
Livros de turma, cadernetas do aluno, cadernetas de desempenho pedagógico, livros de notas do professor	Armários com fechaduras, estantes, cacos, cadeiras, carteiras, bancos
Livros de ponto, livros de matrícula, processos dos alunos	Provisão de água potável
Kit de material escolar, pasta escolar, galão de água (20 litros), cantil de água, sapatos/sapatinhas, uniforme escolar e/ou roupa	Kit de higiene individual (pasta e escova de dentes, pente, sabão, pensos higiénicos, lâmina de barbear descartável, coria unhas), agulha e detergente em pó
Despesa com a realização dos exames	Despesas de deslocação e bancárias
	Despesas ao critério das escolas (máximo de 30%)

A escola compromete-se a respeitar na íntegra os procedimentos definidos no Manual de Procedimentos do ADE nomeadamente no que respeita à divulgação, ao envolvimento do Conselho da Escola e da Comunidade, à transparência dos processos de selecção, de aquisição e de recepção dos materiais na escola e aos processos de prestação de contas.

As escolas que recebem duas tranches, só terão acesso à 2ª tranche a partir do mês de Junho mediante a prestação de contas do valor recebido na 1ª tranche.

Membros de Comissão de Compras Representante da Escola	Representante da Comunidade	Director dos SDEJT (ou seu representante)
<i>António Costa</i>		
Data: 28.03.2018	Data:	Data:

ANEXO C

Millennium
Soluções em Gestão Empresarial de Alto Padrão

ESCOLA PRIMARIA 2ª G BELA VISTA MATUZINE

Assinatura: *João Bento Mac*
Antônio Corp

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS
INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE ESCOLAS

MATUZINE
0002470551

Pagamento por este cheque: *57.860,00*

Local de emissão: *BELA-VISTA*

Data: *07.03.2018*

Valor em letras: *QUINSENTA E SETE MIL OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS REIS*

000106561 0000847384251 0002470551 01 51

ESCOLA PRIMARIA 2ª G BELA VISTA MATUZINE


948885895

REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS
INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO DE ESCOLAS

0002470551



ANEXO D

 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	Apoio Directo às Escolas (Ensino Primário)		SDEJT de		
	Anexo 9: Mapa de registo das despesas ao critério das escolas (até 30%)			<i>Maturidade</i>	
Identificação da Escola Código	Designação da escola	Valor total alocado à Escola	Valor gasto 1ª Tranche	Valor gasto 2ª Tranche	Valor gasto Tranche única
050274	EPc Bela-Vista	115.724,00	57.860,00	—	—

De acordo com o Manual de Procedimentos do ADE, a escola pode gastar até 30% do valor total alocado à escola na aquisição de materiais e/ou de serviços da sua livre escolha, isto é, em materiais e serviços não constantes da lista de materiais e serviços elegíveis.

A Escola poderá optar por realizar a totalidade da despesa com os fundos entregues na 1ª, 2ª tranche ou tranche (única). Para o caso de escolas que recebem duas tranches, pode distribuí-la pelas duas tranches (não necessariamente em partes iguais) devendo neste caso apresentar dois (2) processos de contas, um relativo à 1ª tranche e o segundo relativo à 2ª tranche.

Preencha tantas folhas quantas as necessárias e numere-as sequencialmente no espaço previsto para tal no canto inferior direito deste mapa. Anexa ao mapa todos os documentos comprovativos numerando-os sequencialmente conforme a ordem de inscrição na tabela abaixo.

Ordem	Materiais e serviços adquiridos	Quantidade	Custo Total
01	Saco plástico grande	02	8,53
02	Rolo de casa PBC 3,5	01	200,00
03	Alcove	01	250,00
04	INSECTICIDA MITICOL 80 LITRO	01	948,87
05	papel Higiénico	04	134,00
06	ROLOS DE MATERIAL	03	555,00
07	palha de aço 1x20	01	200,00
08	OPCO 1x145	04	660,00
09	suavizante	05	125,00
10	pt de aço	02	390,00
11	bulas de casa de chapa	05	1950,00
12	Manutenção de lanternas solar auto	06	2.486,65
13	despesas de transporte	02	1.500,00
Valor total / Valor a transportar:			11.702,75

Director da Escola (ou seu representante)	Presidente do Conselho da Escola ou Representante da Comunidade	SDEJT Verificado por:	Folha Número:
João Machava	Rosa Maria	Rosalinda Tundo	de —
Data:	Data: 21/05/2018	Data: 25/05/2018	de —

APÊNDICE A

GUIÃO DE ENTREVISTA

Caro Gestor, Este guião de entrevista visa recolher informações para um trabalho de pesquisa, no âmbito da conclusão do Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação pela Universidade Eduardo Mondlane, e tem como tema “Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo do Apoio Directo às Escolas, Escola Primária Completa de Bela Vista – Distrito de Matutuine (2018)”

SECÇÃO A: Dados Pessoais Profissionais do Director da Escola, Chefe da Secretaria e Presidente do Conselho de Escola

A1: Género

Masculino Feminino

A2: Idade

18 anos 19 - 25 anos 25-29 anos 30-39 anos 40-49 anos 50 ou mais anos

A3: Nível de escolaridade/Habilitações Literárias

Ensino primário Ensino secundário Ensino superior

SECÇÃO B: Processo de Gestão do ADE na EPCBV

B1: No âmbito do processo de ADE o valor recebido pela Escola em 2018 foi superior 17.860,00 meticais?

- 1 Discordo totalmente
- 2 Discordo
- 3 Neutro
- 4 Concordo
- 5 Concordo totalmente

B1.1: Então: Qual foi o valor recebido? _____

<p>B2: No âmbito do processo de Gestão do ADE foi instalada comissões de compra e recepção?</p>
<p>1 Discordo totalmente</p> <p>2 Discordo</p> <p>3 Neutro</p> <p>4 Concordo</p> <p>5 Concordo totalmente</p> <p>B2.1: Como foram instaladas?</p> <hr/>
<p>B3: Após disponibilidade do Fundo de ADE, O conselho de Escola fez o uso do valor (houve aquisição de materiais)?</p>
<p>1 Discordo totalmente</p> <p>2 Discordo</p> <p>3 Neutro</p> <p>4 Concordo</p> <p>5 Concordo totalmente</p> <p>B3.1: Quais foram os matérias adquiridos?</p> <hr/>
<p>B4: Após o processo de Aquisição, verificou se os materiais aprovados e adquiridos foi correspondente aos materiais recebidos?</p>
<p>1 Discordo totalmente</p> <p>2 Discordo</p> <p>3 Neutro</p> <p>4 Concordo</p>

5 Concordo totalmente

B.4.1: Quais foram os matérias recebido?

B5: Em relação ao processo da prestação de contas, o CE por via das comissões preparou e aprovou os documentos de prestação de contas?

1 Discordo totalmente

2 Discordo

3 Neutro

4 Concordo

5 Concordo totalmente

5.1: Quais são os documento usados para a prestação de contas?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

Caro Membro do Conselho de Escola, Este Questionário visa recolher informações para um trabalho de pesquisa, no âmbito da conclusão do Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação pela Universidade Eduardo Mondlane, e tem como tema “Participação do Conselho de Escola na Gestão Transparente do Fundo do Apoio Directo às Escolas, Escola Primária Completa de Bela Vista–Distrito de Matutuíne (2018) ”.

SECÇÃO A: Dados Pessoais dos Membros do Conselho de escola.

A1: Género

Masculino Feminino

A2: Idade

Menos 14 anos 14-20anos 20-29anos 30-39anos 40-49 anos 50 ou mais anos

A3: Nível de escolaridade

Ensino primário Ensino secundário Ensino superior

A4: É membro do Conselho de escola:

Professor Aluno Pais/encarregado de educação Repre. da Comunidade

A5: A Quanto tempo é Membro do Conselho de Escola.

06 meses 01 ano 02 anos 03 anos 04 anos

SECÇÃO B: Participação do CE ao longo processo de Gestão do Fundo de ADE com vista a gestão transparente

B1: Os membros do conselho de escola foi comunicada sobre a disponibilidade do Fundo do ADE pela Direcção da Escola?

Concordo totalmente Concorda Sem opinião Discorda Discorda totalmente

B2: A Direcção da Escola faz a Publicação de todo o histórico do processo de Gestão do ADE nas vitrinas da escola?

Concordo totalmente Concorda Sem opinião Discorda Discorda totalmente

B2.1 : Na sua percepção, a escola fixa nas vitrinas, na sala dos professores, na biblioteca e/ou noutros locais, de acordo com as condições da escola, cópia de toda a informação disponível relevante sobre os passos tomados na gestão do ADE, nomeadamente:

	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
1. Os valores recebidos na 1ª tranche, 2ª tranche, lista dos materiais e serviços elegíveis (Mapa 2);	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
2. A proposta da lista de compras da escola para a 1ª e 2ª tranche;	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
3. A acta da reunião do Conselho de Escola que instala a Comissão de Compras e a Comissão de Recepção das Aquisições, bem como a aprovação da lista de compras;	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
4. A nota de entregue dos materiais pela Comissão de Compras à Comissão de Recepção de aquisições;	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
5. Os mapas de prestação de contas relativos à aplicação dos fundos (Mapas 3a e 3b).	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
6. Outros contributos (indique quais)					

B3: Na sua análise, o Conselho de escola participa nos seguintes momentos relativamente ao processo de Gestão Transparente do ADE:

	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
1. Define e aprovar a lista de compras;	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
2. Instala as comissões de compra e de recepção dos materiais adquiridos;	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
3. Verifica a recepção das compras	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
4. Aprova o relatório de prestação de contas.	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
5. Envolve a os pais encarregados de educação na rotina da gestão do fundo;	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>	5 <input type="checkbox"/>
8. Outros contributos (indique quais)					

B4: Na sua opinião, há factores que interferem na actuação do Conselho da Escola na gestão do ADE? Justifique.

Concordo totalmente Concordo Sem opinião Discordo Discordo totalmente

B4.1: Indique-os

SECÇÃO D: Níveis de participação do Conselho de Escola na Gestão transparente do ADE;

D1: O Conselho de Escola contribui para a gestão do fundo de ADE?

Sim Não Talvez

D2: No âmbito da Gestão do fundo do ADE, as contribuições dos membros do Conselho de Escola são tomadas em conta?

Nunca Raramente Às vezes Quase sempre Sempre

D3: Como é que classifica a participação do conselho de escola na gestão transparente do ADE?

Boa Má Razoável Activa Passiva

SECÇÃO E: Outros Comentários.

Se tem outros comentários que gostaria de fazer sobre este assunto e que não tenha sido abordado neste questionário, use este espaço.
